



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Galileu Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 201157-2/01 -- Comarca do Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A.

5526

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO JULGADOS IMPROCEDENTES. FIANÇA BANCÁRIA. LEVANTAMENTO CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO. EQUIPARAÇÃO. DEPÓSITO BANCÁRIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O levantamento da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal fica condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação executiva. 2. A leitura sistemática da Lei n.º 6.830/80 aponta que o legislador equiparou a fiança bancária ao depósito judicial como forma de garantia da execução, conforme se depreende dos dispostos dos artigos 9º, § 3º e 15, da LEF, por isso que são institutos de liquidação célere e que trazem segurança para satisfação ao interesse do credor. 3. O levantamento de depósito judicial em dinheiro depende do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 32, § 2º, daquele dispositivo normativo, de modo que, a execução da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal, como ocorre na espécie, também fica condicionada ao trânsito em julgado da ação satisfativa. 4. Não vulneração dos arts. 587 e 739-A, ambos do CPC e a Súmula nº 317 do STJ. 5. Integrativo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 201157-2/01, supra referenciado, julgado em sessão realizada nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supre, e do voto e resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

[Assinatura]
Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 201157-2/01 - Comarca do Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão que determinou que o levantamento do valor consignado na carta de fiança bancária somente seja realizado após o trânsito em julgado dos embargos à execução nº 001.2005.027253-6.

Em suas razões, de fls. 03/18, alega que em caso de recebimento dos embargos à execução fiscal e dos seus recursos apenas no efeito devolutivo, tem-se que a execução da garantia pode ser imediata, não havendo qualquer obstáculo processual à imediata satisfação do crédito público inserto na CDA que instrumentaliza o executivo, em face do qual foram ajuizados embargos à execução, que foram julgados inteiramente improcedentes.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do agravo de instrumento, com o seu regular processamento afim de que seja reformada a decisão vergastada.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que determinou que o cumprimento da decisão embargada fica condicionada a sua preclusão, e não ao trânsito em julgado da sentença dos embargos à execução. Razões, de fls. 02/12, onde se alega que o levantamento da fiança fica condicionado ao trânsito em julgado da ação de embargos à execução. Alega ainda que a decisão agravada submete a agravante a uma situação extremamente onerosa, vez que, autorizando a Fazenda a levantar o valor oferecido em garantia (carta de fiança bancária), caso sobrevenha decisão quanto ao recurso de apelação interposto nos autos dos embargos à execução, pela sua procedência, a mesma somente poderá reaver a quantia levantada por meio de ação de repetição de indébito, submetendo-se ao vagaroso regime dos precatórios. Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, e no mérito requer o seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada, condicionando o levantamento do valor consignado na carta de fiança bancária somente após o trânsito em julgado dos embargos à execução. Acosta à sua peça recursal os documentos de fls. 13/299. Feito o sucinto relato, decido monocraticamente. Em juízo de admissibilidade do recurso, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525, ambos do CPC. A questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, a possibilidade de se determinar o levantamento do valor oferecido pelo agravante (carta de fiança bancária) nos autos da execução fiscal que lhe move a edilidade agravada, antes do trânsito em julgado dos embargos à execução, encontra-se sedimentada na jurisprudência do STJ, no sentido de sua impossibilidade, haja vista que o levantamento da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal fica condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação, conforme arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. LEI N.º 6.830/80. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDENTE. FIANÇA BANCÁRIA. LEVANTAMENTO. CONDICIONADA AO TRÂNSITO EM JULGADO. EQUIPARAÇÃO. DEPÓSITO BANCÁRIO. TRATAMENTO SEMELHANTE PELO LEGISLADOR E JURISPRUDÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA. 1. O levantamento da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal fica condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação. 2. A leitura sistemática da Lei n.º 6.830/80 aponta que o legislador equiparou a fiança bancária ao depósito judicial como forma de garantia da execução, conforme se depreende dos dispostos dos artigos 9º, § 3º e 15, da LEF, por isso que são institutos de liquidação célere e que trazem segurança para satisfação ao Interesse do credor. 3. O levantamento de depósito judicial em dinheiro depende do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 32, § 2º, daquele dispositivo normativo. Precedentes: REsp 543442/PI, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ 21/06/2004; EREsp 479.725/BA, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ 26/09/2005. 4. À luz do princípio ubi eadem ratio ibi eadem dispositio, a equiparação dos institutos - depósito judicial e fiança bancária - pelo legislador e pela própria jurisprudência deste e. Superior Tribunal de Justiça impõe tratamento semelhante, o que vale dizer que a execução da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal também fica condicionada ao trânsito em julgado da ação satisfativa. 5. Os embargos de declaração que enfrentam explicitamente a questão embargada não ensejam recurso especial pela violação do artigo 535, II, do CPC. 6. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. 7. Recurso especial desprovido (REsp 1033545/RJ, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 28/04/2009). TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSIVIDADE. ART. 739-A DO CPC. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA À LEI 6.830/80. FIANÇA BANCÁRIA. DEPÓSITO DO VALOR EM JUÍZO. LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. MEDIDA CAUTELAR PARA DAR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO ADMITIDO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA NO ACÓRDÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 634 E 635 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Compete ao Tribunal de origem a apreciação do pedido de efeito suspensivo a recurso especial pendente de juízo de admissibilidade (Súmulas 634 e 635/STF). 2. Em casos excepcionalíssimos, entretanto, e desde que demonstrado o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, o STJ tem concedido efeito suspensivo a recurso especial ainda não-admitido, notadamente nos casos de decisões teratológicas. 3. O acórdão recorrido do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concluiu, com amparo na jurisprudência mais recente do STJ, que o artigo 739-A, § 1º, do CPC, acrescentado pelo art. 739-A do CPC, é aplicável à execução fiscal diante da ausência de norma específica na Lei 6.830/80, não havendo, por conseguinte, como se outorgar suspensividade aos embargos quando o executado deixar de garantir a execução e de demonstrar relevantes fundamentos fáticos e jurídicos em seu favor. A conclusão do Tribunal de origem, portanto, está longe de ser teratológica. 4. Cumpre salientar que o voto condutor do acórdão recorrido, ao prover o agravo de instrumento do Município de Gravataí, determinou o prosseguimento da execução fiscal, do que resultou a intimação do prestador da fiança para que, em 48 horas, depositasse em juízo o valor atualizado da execução. No pertinente ao levantamento do depósito, restou consignado que a liquidação da fiança submete-se à regra do art. 32 da Lei de Execuções Fiscais, que dispõe em seu parágrafo 2º ("Após o trânsito em julgado da decisão, o depósito, monetariamente atualizado, será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do Juízo competente"). Como visto, ao contrário do alegado pelo ora agravante, não houve infringência ao dispositivo legal em referência, porquanto o levantamento da quantia depositada pelo banco afiançante ficou condicionado ao trânsito em julgado da sentença. 5. Agravo regimental não-provido (RCDESP na MC 15208/RS, T2, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ 17/03/2009). Por estas razões, com arrimo no art. 557, § 1º-A, do CPC, em virtude de a decisão recorrida estar em contrariedade com a jurisprudência dominante do STJ, dou provimento ao presente agravo de instrumento a fim de determinar que o levantamento do valor consignado na carta de fiança bancária somente seja realizado após o trânsito em julgado dos embargos à execução nº 001.2005.027253-6. Comunique-se ao juízo a quo competente, e, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. e I. Recife, 17 de dezembro de 2009. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator

104 27

É cediço que o levantamento da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal fica condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação, senão vejamos.

A leitura sistemática da Lei n.º 6.830/80 aponta que o legislador equiparou a fiança bancária ao depósito judicial como forma de garantia da execução, conforme se depreende dos dispostos dos artigos 9º, § 3º e 15, da LEF, por isso que são institutos de liquidação célere e que trazem segurança para satisfação ao interesse do credor.

Desta forma, o levantamento de depósito judicial em dinheiro depende do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 32, § 2º, daquele dispositivo normativo, de modo que, a execução da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal, como ocorre na espécie, também fica condicionada ao trânsito em julgado da ação satisfativa.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente integrativo, não restando vulnerados os arts. 587 e 739-A, ambos do CPC e a Súmula nº 317 do STJ.

É como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator